



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

**THAISSA SOUZA DO CARMO MAGNO, ANA MARIA DE ALBUQUERQUE VASCONCELLOS,
JONES NOGUEIRA BARROS, BRUNO RAFAEL DIAS DE LUCENA**

GT 14 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISES E SUA INCIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo responder a seguinte questão: Qual a influência das tecnologias da informação e comunicação – TICs na ampliação da participação social nas etapas de elaboração e implementação de políticas públicas? O uso das TIC como formas de acesso e inclusão da sociedade civil organizada e não organizada em decisões públicas vem sendo estudado por diversos pesquisadores e neste período de pandemia da Covid-19, com as medidas de distanciamento social, os governos tiveram que ampliar e reinventar as formas de garantir a inclusão democrática nas elaborações e implementações de políticas públicas, como é o caso da elaboração dos Planos plurianuais que estão sendo elaborados pelos municípios ao longo do país, neste ano de 2021. A metodologia utilizada foi baseada no levantamento dos referenciais teóricos e pesquisa bibliográfica de forma descritiva, confrontando os autores que abordam sobre este assunto. Concluiu que a influência da TIC acontece em duas vias, a do governo que tem por obrigação desenvolver a democracia em todas as instâncias; e por outro lado, a participação social fortalecida pelas redes digitais que se posicionam com mais facilidade e agilidade, buscando seus direitos e realizando o controle social.

Palavras Chaves: Participação social. Políticas públicas. Tecnologia da informação e comunicação.

INTRODUÇÃO

As TICs têm modificado o processo de produção de bens materiais e imateriais; exercido influência direta nos sistemas políticos, ao possibilitar novas formas de atuação e ação; e produzido novos valores sociais, culturais, econômicos ou políticos. As transformações não são apenas no modo de desenvolvimento das políticas institucionais, mas também na forma como outras arenas públicas têm sido ocupadas (ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015).

O intenso uso das tecnologias abriu novas possibilidades para que a sociedade civil pudesse ampliar sua participação ativa na vida pública, aumentando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, possibilitando um maior envolvimento dos atores sociais (ARAÚJO, PENTEADO E SANTOS, 2015). Ainda com os autores, além disso, a própria produção de informação e a disputa pela formação da opinião foram transformadas, deixaram de ser unidirecionais e verticais (como na mídia tradicional), passando a ser multidirecionais e horizontais. Mesmo que de maneira não explícita, pode-

se afirmar que a sociedade e a política passam por reconfigurações mediatizadas por aparatos digitais (PINHO, 2012).

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação tem reforçado o debate sobre a deliberação e a participação civil nas democracias contemporâneas, uma vez que ferramentas online se mostram cada vez mais capazes de organizar, armazenar e expor informação de interesse geral em larga escala para grandes contingentes de cidadãos, assumindo também maiores possibilidades de interação com implicações para motivação e oportunidade de envolvimento na vida pública (SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R., 2012), diferente dos meios de comunicação de massa tradicionais, comumente controlados por oligopólios no Brasil.

Para Araújo, Penteado e Santos (2015), nos últimos anos podem ser observadas diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil. Os autores continuam que esses novos arranjos societais implicam um novo *modus operandi* a partir de algumas características da sociedade civil contemporânea, como fragmentação, complexidade e pluralidade. Por outro lado, para os autores, o Estado também passa por mudanças significativas em sua organização e seu funcionamento, principalmente após anos de governos neoliberais no Ocidente. E continuam, que o enfraquecimento do Estado também auxilia o crescimento e desenvolvimento da organização da sociedade civil. Com isso, esses novos arranjos institucionais e sociais ampliam significativamente os espaços de participação cidadã.

A CF/88 já previa esses espaços, mas no momento em que foi produzida não havia a tecnologia hoje disponível. A participação e o engajamento na política dependiam da participação presencial. Passados mais de 25 anos, a socialização das tecnologias trouxe um novo contexto e permitiu o preenchimento de alguns desses espaços previstos na CF/88, além da criação de outros (ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015).

Neste sentido o objetivo deste artigo é responder o seguinte questionamento: Qual a influência das tecnologias da informação e comunicação – TICs na ampliação da participação social nas etapas de elaboração e implementação de política públicas? Este artigo parte do princípio de que na era digital, as TICs influenciam significativamente a formas de participação social nas decisões políticas atuais.

Este artigo se divide em 3 (três) partes: a primeira será apresentado referenciais teóricos de conceitos básicos que norteiam o tema da pesquisa, como: Democracia digital, Sociedade em rede e Governança urbana. A segunda parte irá apresentar exemplos de ações governamentais onde as TICs foram utilizadas como ferramentas de inclusão e

participação social nas decisões públicas, como é o caso da elaboração do PPA 2022 a 2025 no município de Barcarena-PA. E por fim, na terceira parte será feitas as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Democracia digital

Democracia digital ou e-democracy é compreendida como qualquer forma de emprego de dispositivos, aplicativos e ferramentas de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011), explorando assim a cibercultura e o ciberespaço (LÉVY, 1999), contexto no qual acontece e a partir do qual são moldados os comportamentos sob influência das tecnologias digitais.

Para Nogueira (2014), o termo democracia digital e outras verbetes, como ciberdemocracia, democracia virtual ou e-democracia (atribuindo-lhe a inserção em contexto eletrônico) passaram a ser amplamente empregados por estudiosos, atores políticos e organismos internacionais para identificar o conjunto de práticas democráticas que utilizam a internet como plataforma, meio ou apoio. Segundo Gomes (2005), a democracia digital é um expediente semântico "empregado para referir-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos".

De acordo com Eisenberg (2013), a internet vem auxiliando na transformação da democracia participativa por meio (1) da redução do custo da ação coletiva, ao dispor informações e materiais de divulgação de ideias; (2) da redução do custo de participação dos agentes individuais; (3) da formação de novas identidades coletivas mediante espaços temáticos; (4) da horizontalidade da comunicação; (5) da possibilidade de os movimentos sociais avaliarem a repercussão das atividades políticas.

As iniciativas digitais ganham força nesse contexto sobretudo pela perspectiva de abertura do debate e da ação no jogo democrático para além das instâncias formais e já reconhecidas dentro do Estado, uma vez que ferramentas online se mostram cada vez mais capazes de organizar, armazenar e expor informação de interesse geral em larga escala para grandes contingentes de cidadãos (SOUZA DOS REIS, 2017).

Relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2015) aponta que entre os anos 2000 e 2015, a penetração da Internet aumentou quase sete vezes, de 6,5% para 43% da população global. Em 15 anos, o número de usuários de internet passou de 400 milhões para 3,2 bilhões e a proporção de domicílios com acesso à Internet em casa avançou para quase 46%.

Um número razoavelmente amplo de pesquisas conduzidas nos últimos anos tem mostrado indícios de que as mídias digitais possibilitam uma atuação política diferente daquela operacionalizada sob a lógica tradicional, propiciando condições para a ocorrência de fenômenos como maior interatividade entre agentes institucionais e cidadãos, liberdade de discurso e publicação instantânea de conteúdos a baixo custo (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Estudiosos do mundo todo têm pesquisado e discutido o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e “cada vez mais a participação pública em tomadas de decisão no âmbito governamental é considerada parte de uma definição que vem sendo necessariamente vinculada à democracia” (GUZZI, 2010).

Por participação social compreende-se a reivindicação do direito a ter direitos (DAGNINO, 2004), o que implica em um processo reivindicatório de acesso aos processos políticos que estabelecem os próprios direitos, resultando na inserção dos indivíduos nas estruturas de poder que definem o contexto social. Trata-se da construção de uma nova sociabilidade que impõe um formato mais igualitário nas relações de poder entre sociedade e Estado, no fortalecimento da esfera pública e dos debates nela inseridos (REIS; PEIXOTO; MAKIUCHI, 2015).

Nogueira (2013) define a “participação cidadã”, uma interação complexa e contraditória entre Estado, mercado e sociedade civil que se abre para novas formas de reivindicação, controle social e gestão. De acordo com Gonh (2005), participação é um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Entretanto, vale lembrar que existem inúmeros obstáculos e desafios a serem enfrentados para a operacionalização de uma gestão pública mais democrática. Dentre eles, destaca-se o desconhecimento dos instrumentos legais que permitem a participação, a falta de motivação, a dificuldade, em função das difíceis condições de sobrevivência, para pensar em problemas e soluções coletivas, a falta de tempo para atuar em conselhos

e outras agremiações civis e o descrédito na eficácia das ações públicas. Além desses aspectos, existe ainda uma série de dificuldades provenientes da atuação dos órgãos da sociedade civil e do Estado (GOMES E GOMES FILHO, 2013). Nesse sentido, o uso mais amplo da tecnologia, em especial a Internet, como canal privilegiado de comunicação, pode dar suporte e aprofundar o processo democrático.

A OCDE sugere em seu índice "E-democracy", descrito no relatório de 2003, que é preciso que os governos se apoderem dos processos das novas tecnologias e criem mecanismos de participação para o cidadão dada a demanda das sociedades e seus atores, de forma que as iniciativas digitais possam melhorar as práticas dos governos, parlamentos e outras instâncias do Estado sem necessariamente vir a substituí-las.

Sociedade em Rede

A articulação de atores sociais sob a lógica de redes e, mais recentemente, os novos movimentos estruturados a partir da relação com a grande rede mundial de computadores têm levado muitos estudiosos a refletir sobre o potencial democrático da internet (SOUZA DOS REIS, 2017).

Partimos da premissa de que as redes de atores sociais, como conjuntos de nós interconectados (CASTELLS, 1999), podem compreender tanto a articulação de movimentos sociais institucionalmente estabelecidos como a conexão de actantes ou grupos de actantes com interesses, referenciais ou mesmo elementos simbólicos comuns. Conforme o autor, a sociedade contemporânea é caracterizada predominantemente pela forma organizacional da rede em todos os campos da vida social. Para ele, o surgimento das TIC vem remodelando a base material da sociedade e desenhando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade (CASTELLS, 1999, 2000, 2002).

As redes formadas por esses actantes em ambientes digitais passam também a agir como mediadores das políticas públicas, dado que são dotadas da capacidade de traduzir e redefinir aquilo que transportam (LATOUR, 1994).

A compreensão de política como ação pública (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012), abordagem na qual é entendida como um objeto complexo e dinâmico, estruturado não somente por atores e instituições, mas também por representações, processos e resultados, são compatível com as reflexões sobre as novas formas de articulação de redes sociais no ambiente digital e a estruturação da esfera pública, no que se refere ao esforço de entender a reciprocidade entre as esferas informais do mundo da vida e as esferas

formais dos processos de tomada de decisão institucionalizados, de modo a transformar o poder comunicativo, como descrito por Habermas (2007), em poder de deliberação.

De acordo com Castells (1999), os grupos sociais mais poderosos adaptam-se de maneira cada vez melhor às novas condições da sociedade da informação, utilizando as potencialidades oferecidas pelas TIC para consolidar suas identidades grupais e fortalecer sua capacidade de agir.

Entretanto, o avanço e a disseminação das TICs do mundo contemporâneo desenham uma sociedade cada vez mais fundamentada na fluidez, sendo que qualquer pessoa, de qualquer lugar, pode trocar conteúdo, compartilhar experiências, envolver-se em projetos, assinar petições, ser um membro ativo da cidade contemporânea (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

O que passa a ser discutido mais intensamente entre os estudiosos da rede é como criar condições para que, a partir das TIC, sejam criados mais espaços de diálogo na relação governo-cidadão ou governo-coletividade. Em síntese, o enfrentamento dessas questões diz respeito às possibilidades da Internet, que, além de ampliar a base social da participação, pode complementar e suplementar as tradicionais formas de controle social. (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

Nessa nova configuração social e informacional, o espaço digital da internet cria condições para aumentar a concentração de poder e exclusão social; mas, por outro lado, possibilita a tessitura de novas relações sociais desenvolvidas e alimentadas a partir da horizontalidade característica das redes cívicas, que são conectadas *on-line* e *off-line* com o intuito de promover o desenvolvimento local (FREY, 2003).

Governança Urbana

Percebe-se, no atual contexto em que a vida cotidiana está entrelaçada de tecnologias, uma relação intrínseca entre os espaços físicos da cidade e o espaço virtual das redes telemáticas (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

Essa transformação nas relações espaço-temporais altera as formas de produção do espaço, e, embora a noção de arquitetura e urbanismo pareça estar unicamente vinculada à noção de espaço físico, “O espaço é uma categoria abstrata, que se refere a processos de natureza visível, como espaço construído e invisível, como o espaço social” (EGLER, 2008).

O espaço urbano, entendido aqui como um produto histórico e social (Carlos, 2001), está, a todo momento, sendo produzido e (re)organizado. A democratização do

planejamento e da gestão da cidade, fruto de lutas históricas, possibilitou a ampliação das formas de participação da sociedade civil nos espaços decisórios e o controle social sobre as políticas públicas. O processo de elaboração da Constituição de 1988 foi um marco na construção da redemocratização do País, fomentando amplo debate sobre a consolidação de direitos sociais e coletivos (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

Segundo Gomes e Gomes Filho (2013), os movimentos populares passaram a atuar mais diretamente na sociedade civil, exigindo do poder público a abertura de canais que permitissem maior participação nas decisões. Ainda com os autores, nos dias atuais, a cidade é caracterizada pela coexistência de elementos antigos e novos e contempla um conjunto de diferentes atores. Tal fato aponta para a necessidade de se estabelecer um debate sobre os possíveis caminhos para a gestão pública das cidades na sociedade da informação (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

A governança urbana, entendida como um modo inovador de gerir a cidade, traz a participação social como premissa básica (GOMES E GOMES FILHO, 2013). A governança urbana “[...] implica um enriquecimento da democracia representativa, através de novos procedimentos deliberativos e consultivos” (ASCHER, 2010). Dessa forma, a melhoria da qualidade de vida urbana não é de responsabilidade exclusiva do governo, mas sim de todos aqueles que compõem o tecido institucional e social da cidade (CASTELLS, 1999). Nesse sentido, o urbano pode ser determinado e influenciado também pelo fato de o indivíduo estar articulado a uma rede, o que delinea novas formas de ação coletiva e de pressão sobre as práticas sociais.

METODOLOGIA

O método usado para a elaboração deste artigo foi uma pesquisa bibliográfica descritiva, onde buscou-se estudos anteriores sobre os assuntos aqui citados, confrontando os autores e apresentando a importância de uso das TICs pelas instituições públicas.

Também foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa dos dados adquiridos no site da prefeitura municipal de Barcarena – PA sobre o uso da TIC na inclusão participativa social na fase de construção do PPA municipal 2022 a 2025.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS UTILIZANDO AS TICs

A internet oferece diferentes oportunidades para os cidadãos intervirem e atuarem na vida política, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma participação *on-line* (e-participação), pela qual o uso das ferramentas das TICs possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade (MEIJER, BURGER, EBBERS, 2009). Tambouris et al. (2007) citado por (ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015), ao estudar experiências europeias de e-participação, identificaram diferentes níveis: e-informação (canal de informação para os cidadãos), e-consulta (canal de comunicação *on-line* para coletar respostas e alternativas do público), e-envolvimento (assegurar que as preocupações públicas sejam compreendidas e levadas em consideração), e-colaboração (canal interativo entre o cidadão e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e na identificação de soluções preferidas) e e-empoderamento (facilita a transferência da influência, o controle e a formulação de políticas para o público).

Por outro lado, a bibliografia sobre a participação da sociedade por meio das novas tecnologias é direcionada para estudar práticas de e-gov (governo eletrônico), nas quais o governo desenvolve um desenho institucional (*top-down*) que possibilita a participação cidadã por meio do ciberespaço (MACINTOSH, WHYTE, 2008; MEIJER, BURGER, EBBERS, 2009).

Nos últimos anos são inúmeros os exemplos de ações que, por meio dos dispositivos digitais, exerceram influência no desenvolvimento de políticas. O próprio Estado, ao perceber as possibilidades de uso dessas ferramentas como instrumento político, tem procurado criar espaços para ampliar a participação cidadã (ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015). No Brasil, um exemplo disso é a criação do projeto E-Democracia pela Câmara dos Deputados (<http://edemocracia.camara.gov.br/>), pelo qual qualquer cidadão encontra espaço para sugerir e debater propostas que podem ser discutidas no Congresso Nacional, ampliando a possibilidade do exercício democrático. Mais recentemente, o Poder Executivo federal criou o Portal da Participação Social (<http://www.psocial.sg.gov.br>), tentando estimular um novo método de governo, como ali afirmado. Vale lembrar que no governo Lula (2003-2010) houve várias experiências de incentivo à participação política institucional por intermédio do uso das TICs, como, por exemplo, o portal do Ministério da Cultura (Araújo, Penteado, Santos, 2010).

E outro exemplo de utilização do ambiente digital no avanço das interações entre sociedade civil e governo, está a elaboração do PPA 2022 a 2025, neste ano de 2021, em muitos municípios do país.

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano Plurianual – PPA é o documento que define as prioridades do Governo para o período de quatro anos, podendo ser revisado a cada ano. Nele consta o planejamento de como serão executadas as políticas públicas para alcançar os resultados esperados ao bem-estar da população nas diversas áreas. O PPA está descrito no art. 165 da constituição federal e é considerado um planejamento de médio prazo.

O planejamento governamental é uma atividade permanente da administração pública, além de se constituir em função essencial de Estado. O processo de planejamento compreende a escolha de políticas públicas capazes de combater os problemas enfrentados pela sociedade em um ambiente no qual os recursos (financeiros, organizacionais, informacionais e tecnológicos) são limitados.

É por meio dele que se definem os rumos pretendidos, no caso do governo federal, para o País. Entre as múltiplas funções desempenhadas pelo planejamento, merece destaque sua contribuição para expressar as prioridades de governo. Estabelecer diretrizes, objetivos e metas para a administração pública é tarefa que combina aspectos políticos e técnicos.

No município de Barcarena (Figura 1), no Estado do Pará, as TICs estão sendo primordiais para a primeira etapa de elaboração do PPA 2022-2025. O município possui 127.027 mil habitantes, localiza-se na região do Tocantins e faz parte da Mesorregião Metropolitana de Belém. Barcarena é classificada como médio desenvolvimento, com o índice de 0, 662 (IBGE, 2021). Embora Barcarena seja identificado como um município industrial, devido à presença do complexo Hydro que processa a alumina e o exporta para diversos países, do Porto de Vila do Conde com fluxo de cargas e mercadorias e a proximidade com Belém e seu mercado consumidor, ainda mantém uma face rural. Barcarena abrange, além da própria Sede, a Região das Estradas e a Região das Ilhas e outra sediada na Vila dos Cabanos, abrangendo toda a região do Murucupí e ainda a Região da Vila do Conde.

Figura 1. Localização do Município de Barcarena, Pará.



Fonte: Site oficial da prefeitura de Barcarena.

O PPA de Barcarena se reorganizou para sua execução, estruturando sua forma de garantir a participação social, o que torna-se um desafio, visto que o distanciamento social, face o iminente avanço da pandemia do vírus SARS-COVID-19 sobre o território municipal, nesta ocasião, desqualificou o modelo convencional de coleta dessas contribuições, que seriam as audiências presenciais, o que exigiu do Poder Público Municipal, a formulação de outras estratégias que assegurem a manutenção do acesso da população em geral ao processo de formulação, acompanhamento e controle social do plano.

Houve uma reprogramação financeira prévia das atividades do PPA, tornando-se imperativa a adequação das estratégias de formulação e operacionalização das atividades articuladas em torno da etapa preliminar de elaboração deste instrumento, sendo os seguintes:

- Os mecanismos institucionais de participação e controle social foram aprimorados;
- As ferramentas de gestão de políticas públicas foram modernizadas;
- Otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros a disposição da instituição;
- Otimização da capacidade de mobilização social do Governo; e
- Reformulação dos processos de participação social inerentes a etapa pública de construção do Plano Plurianual 2022-2025.

O município adotou as seguintes estratégias para a etapa pública de participação popular:

- A mobilização da participação pública nas redes sociais da prefeitura, em outdoor, grupos de Whatsapp;

- O credenciamento prévio dos interessados, preenchimento de formulário digital no site da prefeitura;

- Realização de 2 audiências públicas sendo uma virtual e outra semipresencial, em forma de drive thru. Serão realizadas de forma híbrida e regionalizada, com transmissão ao vivo direto para a plataforma e demais redes sociais da prefeitura;

- Após a realização da inscrição, o participante terá acesso a plataforma, onde serão realizadas todas as suas interações com a etapa do processo de elaboração do Plano Plurianual;

- Na plataforma, a prefeitura disponibilizou vídeos formativos, entre outras documentações complementares a qualificação dos participantes sobre o PPA;

- Como requisito para o participante ter acesso as audiências, o mesmo precisa acessar e ler os materiais de apoio disponibilizados pela prefeitura na plataforma, como forma de levar os participantes a compreenderem a dinâmica do processo e estarem munidos de informações pertinentes sobre a importância da elaboração do PPA para o município;

- A prefeitura se utilizará de frequência de rádio, modulada em FM, para a difusão do áudio do evento direto para o sistema de som dos automóveis ali estacionados, de maneira a permitir que os veículos possam ser mantidos com os vidros fechados, sem qualquer prejuízo a compreensão do áudio, propagado pelo sistema de som instalado no local;

- A interação das pessoas com o processo foi realizado por meio de seus próprios dispositivos, como Smartphones, tablets ou notebooks, através da plataforma digital construída;

- A prefeitura disponibilizou no site oficial e em todas as suas redes sociais, informações detalhadas para o acesso virtual ao evento, com transmissão para todos que se credenciarem, através do Portal da Prefeitura, da plataforma exclusiva para a participação e para todas as demais redes sociais do Governo;

- A plataforma disponibiliza ferramentas intuitivas (QR Code) desenvolvidas de forma padronizada para a interação objetiva dos participantes com o processo de coleta das contribuições; e

- Os registros das audiências públicas, transmitidas ao vivo, para todo o município, ficam ainda disponíveis para acesso e interação dos participantes devidamente credenciados ao longo dos próximos cinco dias posteriores a realização do evento, de

maneira a ampliar as oportunidades de participação daqueles que por algum motivo, mesmo credenciados, foram impedidos de acompanhar o evento ao vivo.

Com as TIC e seu uso por atores públicos e privados, as possibilidades de participação se ampliaram. O aumento da interconexão possibilitou a criação de um novo espaço de comunicação privilegiado que vem reconfigurando os modos de relação entre as pessoas em comunidade e, em alguns casos, a própria estrutura do poder centralizado (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

É preciso reconhecer e permitir, com o auxílio das TIC, os diferentes modos de participação social: o envolvimento em sindicatos, associações de bairro e tantos outros espaços formais de tomadas de decisão (GOMES E GOMES FILHO, 2013).

O uso das ferramentas de TICs no processo de elaboração do PPA municipal de Barcarena, foi de grande importância na inclusão da participação social nas decisões de planejamento e orçamento municipais. Para Araújo, Penteado e Santos (2015), a arquitetura em rede da internet, somada às ferramentas de interação, tem possibilitado uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos, e essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil.

As TICs, nesse sentido, têm sido usadas por órgãos e instituições estatais, mas também por indivíduos e grupos sociais organizados da sociedade, como forma de ampliação da esfera pública e da arena política, numa via de mão dupla (PINHO, 2012; BRUGUÉ, 2009). A articulação social em rede existente no município garantiu a decisão democrática dos recursos previstos no PPA 2022-2025.

CONCLUSÃO

As mídias digitais têm possibilitado uma atuação política diferente daquela operacionalizada sob a lógica tradicional, propiciando condições para a ocorrência de fenômenos como maior interatividade, liberdade de discurso, multiplicidade de vozes e publicação instantânea de conteúdos a baixo custo (SOUZA DOS REIS, 2017). A influência que o uso das TICs na ampliação da participação social nas etapas de elaboração e implementação de políticas públicas, pode ser observada nos exemplos abordados neste artigo. Cada vez mais a internet, com suas ferramentas, estão fazendo parte de em todas as etapas de criação de uma política pública.

O setor público e, de forma muito mais efetiva, a sociedade civil organizada, e até mesmo a população em geral, estão conectados e interagindo nas redes sociais. Sendo estas, apresentando suas indagações, reclamações, insatisfações e também elogios, assim como mobilizando passeatas e propondo políticas públicas. E também os governos, através de ferramentas de gestão e inclusão democrática e controle social.

No entanto há desafios a serem superados, como o melhor aproveitamento efetivo do uso da internet para fins de participação nas decisões e discussões públicas e baixos investimento em máquinas e profissionais da área; como foi observado por Souza dos Reis (2017), que observou o potencial subutilizado de uso e monitoramento de mídias digitais para fins de interesse público, como os relatos de baixo ou nulo investimento em recursos humanos e materiais para este fim dentre os órgãos públicos vinculados aos três poderes locais.

REFERENCIAS

ARAÚJO, R. de P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. dos. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1597-1619.

ARAÚJO, Rafael; PENTEADO, Cláudio; SANTOS, Marcelo. O uso das NTICs na formulação e divulgação de políticas públicas: o caso do Ministério da Cultura. *Revista Ponto-e-vírgula*, n.8, p.88-121. 2010.

ASCHER, F. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRUGUÉ, Quinn. *Una administración que habla es una administración que piensa*. In: Pérez, Ignacio C. (Coord.). “Participación Ciudadana”... para una administración deliberativa. España: Dirección General de Participación Ciudadana, Gobierno de Aragón. 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. O poder da identidade. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. Fim de milênio. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARLOS, A.F.A. *A cidade*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: LACSO, 2004, p. 195-216.

EGLER, T.T.C. Espaço social e política urbana global. In: POGGIESE, H.; EGLER, T.T.C. (Org.). *Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: Clacso, 2008. p.63-75.

EISENBERG, José. Democracia Digital. In: Giovanni, Geraldo di; Nogueira, Marco Aurélio (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2v. São Paulo: Fundap/ Imprensa Oficial. 2013.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia e Política*, n.21, p.165-185. nov. 2003.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*. v. 3, set. 2005, p.214-222.

GOMES, M. M. M. T.; GOMES FILHO, H. Internet e participação social nas políticas urbanas. *Oculum ens. Campinas*. 10(1), 149-156. Janeiro-Junho 2013.

GUZZI, D. Web e participação: a democracia no século XXI. São Paulo: Senac, 2010.

HABERMAS, J. Espaço público e esfera pública política. Raízes biográficas de dois motivos de pensamento, In: HABERMAS, J. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Trad. Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007, p. 15-30.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados – Barcarena. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/barcarena.html>. Acessado em 13 de junho de 2021.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Sociologia da ação pública. Trad. George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, R. C. M; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

MACINTOSH, Ann; WHYTE, Angus. Towards an evaluation framework for eParticipation. *Transforming Government: People, Process and Policy*, v.2, n.1, p.16-30. 2008.

MEIJER, Albert; BURGER, Nils; EBBERS, Wolfgang. Citizens4Citizens: mapping participatory practices on the internet. *Electronic Journal of e-Government*, v.7, n.1, p.99-112. 2009.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Plano Plurianual – PPA. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/PPA> . Acessado em 10 de junho de 2021.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Participação Política. In: Giovanni, Geraldo di; Nogueira, Marco Aurélio (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2v. São Paulo: Fundap/ Imprensa Oficial. 2013.

NOGUEIRA, J. P. F. Comunicação pública, internet e democracia: análise de conteúdo do *Facebook* do Portal Brasil. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação em Gestão da Comunicação Organizacional) – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Comunicação Organizacional, Centro Universitário UNICEUB, Brasília, 2014.

OCDE. *Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*. Paris: OECD Publications Service, 2003.

ONU: *United Nations E-Government Survey 2012: E-Government for the people*. Nova York: United Nations, 2012. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2012-Survey/unpan048065.pdf> . Acesso em 07 junho de 2021.

PINHO, José Antônio G. (Org.). *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: Edufba. 2012.

PMB – Prefeitura Municipal de Barcarena. Sobre o PPA de Barcarena. Disponível em: <https://ppa.barcarena.pa.gov.br/sobre>. Acessado em 10 de junho de 2021.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. In: *Opinião Pública* (UNICAMP, Impresso), v. 18, p. 470-489, 2012.

SOUZA DOS REIS, M. Democracia digital e ação pública – experiências de participação social em rede nas políticas de cultura do Distrito Federal. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília. Orientadora Prof. ^a Dr. ^a Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi. Brasília. 2017.

UIT. *Measuring the Information Society Report 2015*. Geneva: International Telecommunication Union Place des Nations, 2015. <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2015/MISR2015-w5.pdf> . Acesso em 07 junho de 2021.